

**COMITÉ BRASILEIRO DE BARREIRAS TÉCNICAS AO COMÉRCIO
(CBTC)****ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA**

Identificação da Reunião

Página 1 de 11

Número/Ano: 07/2016	Data: 03/11/2016
Início: 14 h	Término: 17 h
Local: Sede da FIESP	

PARTICIPANTES

NOME	ENTIDADE
ABDIAS GARCIA MACHADO	GTPS
ALEXANDRE FERREIRA JOSÉ LUTA	SINDICOURO
ANDRÉ SANTOS	INMETRO
ANDRÉIA CRISTINA ADAMI	CEPEA/ESALQ
ANSELMO TAKAKI	BIC
ANTONIA MARIA DE AQUINO	ANVISA
ARIEL MENDES	ABPA
ARLINDA EVARISTO	TATICAS CONSULTING
BRUNO YOUSSEF LIMA	FIESP
CAMILA ORTH	APEX-BRASIL
CAMILA SANDE	CNA
CAMILA ZELEZGLO	ABIT
CÁSSIA FERREIRA	ABIA
CAYO BASILE	CAYO BRASIL
CÉLIA MARIA SOARES GOMES	FATEC
CLARA PORTO	ABIMO
CLEBER SABONARO	ABIA
CYNTHIA KRAMER	LOB-SVMFA
DIEGO PIZETTA	INMETRO
DIEGO HRYCYLO	ABIQUIM
DOMINGOS MOREIRA CORDEIRO	SIESCOMET
ELSON ISAYAMA	SINDASP
EMY TAKEMOTO	INSTITUTO ADOLFO LUTZ
FABIO LUIZ DA COSTA	UPL BRASIL
FELIPE DI GIORGE FINATI	GROUPE VELOURS
FERNANDA CASTRO DE MENDONÇA	MOCOCA
FERNANDO TABET	TABET ADVOGADOS
FLÁVIA ALVES	INMETRO
FRANCISCO SALAZAR	ABIPLAST
GILBERTO GONÇALVES	METALMEC
GUILHERME GUELFY	SINDIPEÇAS
GUSTAVO STANGLER	NS2 CONSULTING
HELENA MÜLLER QUEIROZ	MAPA
HULDA OLIVEIRA GIESBRECHT	SEBARE
ISAC ROIZENBLATT	ABILUX
ISRAEL GURATTI	ABINEE
JACIRA HIROKO SARUWTARI SATO	INSTITUTO ADOLFO LUTZ

JOÃO ANTÔNIO BAJZEK	SINDOLEO
JOÃO TERRA	MRE
JOFFRE MORAES	ABIMO
JORGE CRUZ	INMETRO
JOSÉ DE ASSIS MORAIS	MORART COMUNICAÇÃO
JOSÉ EDSON ROSOLEN	SINDILEITE
JOSÉ GERALDO	UFSCAR
JOSÉ ROBERTO MENDES VILLIS	MINISTÉRIO DA DEFESA
JULIANA GHIZZI PIRES	MDIC
JULIANO MORENO	NEONUTRI SUPLEMENTOS
JULIO CESAR BAENA	MMA
JÚLIO TADEU OCSI	UNTERWEGS
KAREN KIYOMI HAYASHI	APEX-BRASIL
KAUÊ BITTENCOURT	ABIMAQ
LETICIA FEDDERSEN	ABBA
LILIANA RUBIO	PROJECT MANAGEMENT OFFICE
LUCAS BRITO	ANEC
LUÍS GUSTAVO LIMA	BLSA
MARIANA ZECHIN	ÚNICA
MERCEDES BLÁZQUEZ	ELANBIZ
MINERVINA MARIA MENDES	ABICS
NATÁLIA SIQUEIRA	FIESP
NATHALIE SUEMI TIBA SATO	NASSER ADVOGADOS
NEI SADAYUKI HOCOYA	ALPHA ONE CONSULTING
PATRICIA MELLO	FGV-SP
PAULO CESAR AMANTHEA	PCA REPRESENTAÇÕES
PRISCILLA NEGREIROS	APEX-BRASIL
RAFAEL VIDAL CAVALCANTE	ABIMO
RENATA SODRE ATHAYDE	MULTICARGO
RICARDO CERVONE	FRANCARGO
RITA VIEIRA	ANP
RODRIGO PUPO	MPA TRADE LAW
ROSANE NUNES DE FARIA	UFSCAR
SAULO NOGUEIRA	CONSULTORIA ACESSO
STEFANIE SCHMIT	UNO
VANESSA TACCHI	SOBCONTROLE CONSULTORIA

AGENDA

1. Abertura;
2. Aprovação da ata da reunião de junho de 2016;
3. A atuação brasileira no *Codex Alimentarius* – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO);
4. Rotulagem de Alimentos: Panorama da regulamentação e das discussões internacionais – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA);
5. Iniciativas do MAPA no apoio às exportações brasileiras em questões ligadas a barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
6. Panorama das barreiras técnicas às exportações brasileiras de alimentos – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA);
7. Apresentação do Projeto sobre Coerência Regulatória e Comércio Exterior no Brasil – Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP);
8. Outros assuntos.

1. Abertura

O Diretor da FIESP, Eduardo Ribeiro, abriu a reunião, iniciada às 14 h 30 min, ressaltando a cooperação existente entre a Federação e o Inmetro, bem como destacou a importância da atuação do Comitê, ajudando as empresas nas discussões comerciais. Posteriormente, convidou o representante do Ministério das Relações Exteriores (MRE), João Terra, para compor a mesa e passou a coordenação da reunião para a presidente do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC), Vera Thorstensen.

Vera Thorstensen agradeceu a FIESP pelo apoio as atividades do Comitê e abordou a importância da reunião temática para aprofundamento dos temas relacionados a alimentos. Depois passou a palavra para o Secretário Executivo do CBTC e Coordenador-Geral de Articulação Internacional do Inmetro Jorge Cruz.

Jorge Cruz deu boas vindas a todos, salientou a importância do tema alimentos e informou que a Coordenação-Geral de Articulação Internacional do Inmetro, além de atuar como Ponto Focal do Acordo sobre Barreiras Técnicas da OMC e coordenar as atividades do Subgrupo Nº3 do Mercosul, agora passou a coordenar as atividades do Comitê Codex Alimentarius do Brasil (CCAB).

2. Aprovação da ata da reunião de junho de 2016

A ata da reunião passada foi aprovada. Vera Thorstensen destacou que observações podem ser encaminhadas a posteriori por e-mail.

3. A atuação brasileira no *Codex Alimentarius* – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO)

André Santos, do Inmetro, apresentou a estrutura e funcionamento do Comitê Codex Alimentarius do Brasil (CCAB) e destacou a importância do tema, bem como a aproximação entre as atividades deste Comitê com o CBTC, isto porque as normas Codex são referenciadas na OMC, especificamente no Acordo sobre Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) para segurança alimentar. Já no Acordo TBT, a norma Codex não é citada explicitamente, porém é reconhecida como referência na área de alimentos, pois cumpre com os princípios que devem ser considerados no desenvolvimento de normas internacionais.

Na sequência abordou que a Comissão do Codex Alimentarius (CAC) foi estabelecida no ano de 1963, que atualmente é composta por 188 membros (187 países e 1 organização membro) e 240 observadores. A FAO e a OMS são as organizações patrocinadoras do Codex Alimentarius. O Brasil se associou no ano de 1968, mas somente em 1980 foi criado o Comitê Codex do Brasil.

Além disso, destacou alguns objetivos do CCAB, como propor a elaboração ou revisão de normas de interesse do país e subsidiar os órgãos regulamentadores nacionais na elaboração de suas normas e regulamentos, com base nos textos Codex.

Acrescentou que as posições do Comitê são elaboradas por consenso e apresentou, como exemplo, o documento da posição brasileira apresentada na reunião da CAC de julho de 2016.

No final, Vera Thorstensen perguntou quais seriam os temas atuais que estão sendo discutidos no âmbito do Codex. André Santos destacou a resistência antimicrobiana nos animais e a presença de chumbo em cacau, um contaminante natural.

João Terra, do MRE, acrescentou que o CCAB é um modelo na América Latina. Complementou dizendo que os temas tratados no âmbito do Comitê são extremamente técnicos, mas que as posições do Brasil são formuladas por consenso, junto com o setor privado, logo reforçou a importância da comunicação da indústria de alimentos com as instituições representantes para acompanhar as discussões. Além disso, comentou que o Codex é um exemplo de organização multilateral, pois os temas avançam na maioria das vezes, e este motivo faz com que os países respeitem as normas Codex e que a OMC reconheça sua relevância.

André Santos reforçou a importância da participação da indústria no levantamento de dados para as posições brasileiras, junto com os especialistas da Anvisa e do Mapa. Reforçou também a necessidade da indústria nacional aportar dados nas consultas realizadas pelos comitês de especialistas da FAO/OMS.

4. Rotulagem de Alimentos: Panorama da regulamentação e das discussões internacionais – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)

Antônia Aquino, da Anvisa, apresentou cenário regulatório internacional da rotulagem nutricional frontal, mostrando os sistemas de apresentação nutricionais dos alimentos no final dos anos 80 e a proliferação internacional desses sistemas.

Destacou que dois dos objetivos das Diretrizes sobre Rotulagem Nutricional no Codex são fornecer informações sobre o conteúdo de nutrientes do alimento, a fim de permitir que os consumidores realizem escolhas conscientes, e permitir o uso de informações suplementares, ou seja, o uso de símbolos e usos de gráficos.

Posteriormente ressaltou um dos objetivos também da OMS sobre regulação da publicidade e rotulagem, que é de promover escolhas saudáveis por meio da identificação rápida e fácil de produtos com baixo valor nutricional e elevada densidade energética.

Além disso, mostrou diversos modelos de rotulagem praticados na União Europeia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Islândia, Equador, Chile, México Austrália e Nova Zelândia.

Acrescentou que a diversidade de tipos de rotulagem nutricional, mesmos com as normas Codex, ocorre devido às necessidades de seguir as diretrizes de alimentação e nutrição do país, bem como de atender os requisitos para orientar sobre doenças crônicas não transmissíveis, ocasionando o estabelecimento de regras mais exigentes que as normas.

No final, Vera Thorstensen perguntou qual a posição do Brasil sobre o tema. Antônia Aquino informou que as instituições e organismos de saúde estão cobrando uma rotulagem nutricional mais efetiva por parte da Anvisa, já que o modelo usado pelo Brasil é de difícil compreensão para o consumidor. O modelo brasileiro foi instituído em 2003 e também é praticado pelo FDA dos EUA.

Juliana Pires, do MDIC, comentou o impacto que medidas sobre rotulagem nutricional têm nas exportações brasileiras, e que o governo brasileiro está trabalhando, há mais de 1 ano, com instituições de governo e setor privado, mais especificamente com relação às medidas adotadas pelo Chile. Complementou que foram feitas extensas análises nos estudos de referências apresentados pelo Chile e que os questionamentos apresentados ainda não foram respondidos pelo governo chileno. Ressaltou que o Acordo TBT prevê a análise de métodos alternativos de forma causar o menor impacto ao comércio. Destacou a importância de o Brasil não adotar novas medidas de rotulagem que possam impactar o comércio internacional, como está acontecendo com o Chile e Equador.

Outro ponto levantado por Juliana Pires foi a recomendação da OMS sobre políticas que promovam o consumo saudável de produtos com baixo valor nutricional e elevada densidade energética. Destacou a linguagem negativa dessa frase e sugeriu a promoção do alimento saudável pela identificação do que é saudável.

Camila Sande, da CNA, comentou o problema da proliferação de selos na forma de padrões privados no setor de alimentos e acrescentou a dificuldade do pequeno e médio exportador em atender essas exigências.

5. Iniciativas do MAPA no apoio às exportações brasileiras em questões ligadas a barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)

Helena Queiroz, do MAPA, apresentou as atividades do MAPA sobre barreiras não tarifárias. Iniciou anunciando que em 2015 o agronegócio foi responsável por 46,2% de toda exportação brasileira, além disso, a participação do Brasil no comércio mundial foi de 1,4% e no agronegócio foi de 6,9%.

Destacou que a visão do Ministério é de que existem três gerações de barreiras ao comércio, que são: as tarifárias, denominadas de 1ª geração, as técnicas, sanitárias e fitossanitárias, denominadas de 2ª geração, e as ambientais, sociais e éticas, denominadas de 3ª geração.

Além disso, comentou o problema da febre aftosa, lembrando o ano de 2005 quando o Brasil sofreu o embargo do Chile para carne. O Chile não reconheceu a regionalização, um dos princípios da OMC, embargando a carne de outros estados brasileiros e não somente do Mato Grosso do Sul e Paraná. Comentou também o problema da influenza aviária, ocorrido no final da década de 90 e início dos anos 2000, epidemia que começou na Ásia e depois se estendeu para outros continentes, registrando número de 650 casos e 386 óbitos. Neste caso, o Brasil adotou medidas, dentro das regras internacionais, de proteção da influenza aviária.

Informou que o Ministério atua tanto nas negociações bilaterais como nas multilaterais, voltadas para as questões técnicas, sanitárias e fitossanitárias. Mostrou o crescimento das exportações de suco de fruta do Brasil, por exemplo, a partir da publicação dos padrões de produção de suco pelo Codex.

Abordou também uma negociação bilateral recente, que é o caso da erva-mate com a Alemanha, envolvendo questões relacionadas ao Acordo SPS, especificamente sobre a antraquinona (substância endógena do vegetal) e questões relacionadas ao Acordo TBT, sobre a certificação da produção orgânica.

João Terra, do MRE, acrescentou que não existe norma Codex estabelecendo limites para antraquinona, logo a União Europeia estabeleceu um limite de 0,01% sem base científica. Além disso, como a erva-mate é consumida *in natura*, o limite estabelecido deveria ser ainda menor.

Helena Queiroz apresentou também a relevância das exportações brasileiras de soja para China e a recente medida deste país, notificada ao Comitê TBT da OMC, estabelecendo avaliação de fatores socioeconômicos para aprovação das variedades de GM para comercialização. Assim, o Mapa questionou a China e a medida foi novamente publicada sem essa exigência.

No final, Julio Baena, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), elogiou a reunião e a apresentação do Mapa. Ressaltou o interesse de participar da próxima reunião, onde o tema será sustentabilidade, e destacou a atuação do MMA como agente de políticas públicas sustentáveis, bem como as iniciativas do Secretário de Segurança do Clima em incentivar o comércio de bens com menos carbono.

6. Panorama das barreiras técnicas às exportações brasileiras de alimentos – Associação Brasileira das Indústrias da Alimentação (ABIA)

Cleber Sabonaro, da ABIA, apresentou o panorama das barreiras técnicas às exportações brasileiras de alimentos. Iniciou mostrando indicadores econômicos de 2015, onde o faturamento líquido da indústria da alimentação alcançou R\$ 561,9 bilhões, sendo R\$ 452,8 bilhões em produtos alimentares e R\$ 109,1 bilhões em bebidas. As exportações totalizaram US\$ 35,1 bilhões e as importações US\$ 4,7 bilhões, deixando um saldo positivo de US\$ 30,5 bilhões. Com relação aos destinos das exportações brasileiras de alimentos processados, os destaques em 2015 foram Holanda, China, Rússia e Hong Kong.

Adicionalmente, apresentou os resultados de uma enquete realizada com empresas que atuam no mercado internacional. Os destaques dessa enquete foram que 68% das empresas deixaram de efetivar uma negociação devido as barreiras não tarifárias e que 72% enfrentam dificuldades de exportar devido barreiras associadas à rotulagem para Argentina, Chile, Equador, Colômbia, Uruguai, Honduras, Nigéria, Rússia, Canadá, EUA. Sobre barreiras fitossanitárias às exportações, os produtos mais afetados são os ovos e laticínios para EUA e União Europeia.

Destacou os custos crescentes para a adequação das embalagens e a rotulagem de alimentos, bem como as diferentes exigências entre os mercados, ocasionando uma produção fragmentada com deseconomia de escala. Citou o caso da Argentina que não reconhece a rotulagem de alergênicos do Brasil entre outras restrições.

Além de todas as barreiras técnicas, sanitárias e fitossanitárias, existem também as administrativas que dificultam o processo de exportação, como, por exemplo, a demora para aprovação de LIs; burocracia para o desembaraço aduaneiro e a nacionalização dos produtos; tempo para obter o registro do produto; e exigências de documentação extensa e atrasos nos prazos de avaliação.

Por fim, apresentou algumas recomendações que possam ajudar o setor de alimentos na exportação, como o fomento aos acordos comerciais, multilaterais, bilaterais e facilitação de comércio; negociação entre as agências de normatização dos países envolvidos; acordos de facilitação de comércio e proteção da concorrência; coordenação de esforços para estabelecer ações conjuntas entre os atores envolvidos (públicos e privados dos países), na divulgação e encaminhamento dos problemas; e crescimento do número de adidos agrícolas, atendendo países com elevado potencial importador.

João Terra, do MRE, abordou como foram as negociações na última reunião Mercosul-União Europeia onde os capítulos tratados foram barreira técnicas, facilitação de comércio, cooperação aduaneira, entre outros. Existe uma expectativa moderada de resultados, pois uma negociação relacionada ao TBT não significa a eliminação das barreiras existentes, a ideia é que no futuro os objetivos políticos coincidam (de proteção aos consumidores e meio ambiente, por exemplo) e que as normas internacionais sejam elaboradas em conjunto. Comentou que por equilíbrio de poder entre Mercosul e União Europeia, uma negociação plena, sem barreiras técnicas, só seria possível se aderíssemos o padrão europeu, e essa não é a posição do bloco.

João Terra destacou a importância das empresas reportarem os casos de barreiras técnicas ao Inmetro, que é o Ponto Focal do Acordo TBT, pois precisamos da interação com os setores produtivos para levarmos posições brasileiras às reuniões do Comitê de Barreiras Técnicas da OMC como um Specific Trade Concerns (STC).

Juliana Pires, do MDIC, destacou que nem todos os casos levantados pelas empresas são barreiras técnicas e nem tudo também é tratado como um STC, como é o caso do Chile, onde as negociações estão ocorrendo às margens do Comitê, em reuniões bilaterais. Comentou o mapeamento que a SECEX/MDIC e o Inmetro estão fazendo para identificar as barreiras técnicas para as negociações Mercosul-União Europeia e Brasil-México enfrentadas no comércio, reforçando a importância da participação da indústria brasileira para que possamos avançar nas negociações.

Guilherme Guelfi, do Sindipeças, parabenizou a reunião e apresentação da ABIA. Comentou que está havendo uma desindustrialização do setor metal mecânico e destacou uma preocupação de que em 2030 a Alemanha não vai mais produzir carro de combustão interna e 2050 não venderá mais carro de combustão interna, somente carro elétrico. Questionou a atuação do governo brasileiro com relação essa nova tendência de produção de veículos elétricos.

Vera Thorstensen sugeriu que fizéssemos uma reunião sobre esse tema e convidássemos o Sindipeças para apresentar o caso.

Fernanda Mendonça, da Mococa, parabenizou a reunião e destacou a importância do agronegócio para o Brasil. Comentou o potencial do Brasil neste setor, com empresas preparadas para atender as demandas externas, ressaltando a importância de nos organizarmos internamente para que possamos crescer ainda mais. Ressaltou a indústria de lácteos, onde o Brasil é o quarto produtor no mundo, mas não aparecemos como os grandes exportadores.

Comentou o procedimento de registro de produtos lácteos no Mapa para exportação, causando uma morosidade no processo.

7. Apresentação do Projeto sobre Coerência Regulatória e Comércio Exterior no Brasil – Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP)

Este tema da pauta não foi apresentado devido aproximação do horário de término da reunião.

8. Outros assuntos

Vera Thorstensen convidou todos para participarem da próxima reunião do CBTC que terá como pauta principal questões de sustentabilidade. Jorge Cruz agradeceu a presença de todos, elogiou todas as apresentações feitas e finalizou a reunião.

Próxima Reunião:

Data: 15/12/2016

Horário: 14 h

Local: Brasília